

SECRETO

N.º 15

O S T E N S I V O - U R G E N T E. Of. nº 186/Gab - Em 4 de abril de 1956. Do Presidente do Conselho de Segurança Nacional - Ao Presidente do Senado Federal. ASSUNTO: Caso das glebas "CHOPIM" e "MISSÕES", na fronteira sudoeste paranaense. REFERÊNCIA: Of. nº 109/Gab-SECRETO de 27 de janeiro de 1956, do Conselho de Segurança Nacional ao Senado Federal. Debate, êsse alto órgão legislativo, um parecer elaborado durante a Administração Federal substituída em 31 de janeiro passado, assinado pela totalidade dos membros do Conselho de Segurança Nacional e que conclui ser a transação intentada com as glebas "CHOPIM" e "MISSÕES", no Estado do Paraná, irregular e inconveniente aos interesses nacionais. 2. Para dar a êsse documento a atualidade que se lhe pode desejar, venho, dentro das severas normas de governo que me hei traçado, dar ao mesmo inteira aprovação, tendo em vista as superiores conveniências nacionais que defende. Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa. os protestos do meu respeitoso aprêço. as) JUSCELINO KUBTSCHEK DE OLIVEIRA - Presidente da República - Presidente do Conselho de Segurança Nacional. *Conferir com o original remetido ao Senado Federal - (Assinatura) em Curitiba, wji.*

A VIGÉSIMA SESSÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL foi secretariada por Sua Excelência o Sr. Gen. Bda. NELSON DE MELLO.

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO DO  
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, às dezenove horas, nesta cidade do Rio de Janeiro, no Palácio do Catete, realizou-se a vigésima sessão do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Juscelino Kubtschek de Oliveira, com a presença dos Senhores Ministros de Estado: Doutor Nereu Ramos, dos Negócios da Justiça; Antonio Alves Câmara, dos Negócios da Marinha; Henrique Duffles Teixeira Lott, dos Negócios da Guerra; José Maria Alkmin, dos Negócios da Fazenda; General Ernesto Dornelles, dos Negócios da Agricultura; Lúcio Martins Meira, dos Negócios da Viação e Obras Públicas; José Parsifal Barroso, dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio; Clovis Salgado da Gama, dos Negócios da Educação; Henrique Fleiuss, dos Negócios da Aeronáutica; Maurício Campos de Medeiros, dos Negócios da Saúde; General de Exército, Octávio Saldanha Mazza, Chefe do Estado-Maior do Exército; General de Exército Anor Teixeira dos Santos, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Almirante de Esquadra Renato de Almeida Guillobel, Chefe do

SECRETO



SECRETO

Estado-Maior da Armada; e Major Brigadeiro Ajalmar Vieira Mascarenhas, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Estiveram também presentes à reunião o Senhor General de Brigada Nelson de Mello, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; Coronel Antonio Accioly Borges, Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; os oficiais Adjuntos da Marinha e do Exército do Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho de suas funções de assessores da Comissão de Estudos para a Política da Energia Nuclear em exercício, respectivamente, Capitão de Fragata Júlio Cesar de Sá Carvalho e Major de Artilharia Carlos Molinari Cairoli. O Senhor Presidente da República dá início à sessão dizendo ser a primeira vez que reunia o Conselho de Segurança Nacional, desde que se tornara Presidente da República, e o fazia com muita satisfação por estabelecer mais um contacto com o Órgão ao qual estão afetas as mais altas responsabilidades na vida do nosso país. Acrescenta Sua Excelência, que a reunião havia sido convocada com a finalidade de estabelecer normas e bases políticas a que o Governo terá de chegar no terreno da energia atômica. Aduz, a seguir, que a convocação do Conselho de Segurança tem, justamente, por objetivo apreciar o trabalho da Comissão de Estudos designada, em abril próximo passado, para formular a Política de Energia Nuclear em forma de recomendações; que a designação da Comissão de Estudos procurou atingir dois objetivos no plano político: a) Contrabalançar a campanha movida no Congresso e na Imprensa contra o atual Governo em detrimento de suas bases militar e popular, através do sensacionalismo de pretensos deslises na Política de Energia Nuclear e b) procurar os rumos convenientes e fixar com honestidade e patriotismo a Política de Energia Nuclear pela qual se responsabilizará o atual Governo, através do Conselho de Segurança Nacional, órgão prestigioso, insuspeito e com autoridade para indicar a melhor solução para tão magno problema; que as diretrizes presidenciais à Comissão de Estudos estabeleciam três problemas básicos para apreciação: 1º - da criação da Comissão de Energia Nuclear, 2º - política para nossos minérios atômicos, 3º - da conveniência de atualizar os acordos internacionais existentes; que o trabalho apresentado pela Comissão de Estudos deu cabal solução a esses problemas específicos e traçou normas gerais positivas para a Política de Energia Nuclear. Prosseguindo sua exposição, Sua Excelência, acrescenta que todos sabiam que o Governo havia tomado a decisão de nomear uma Comissão para elaborar, em forma de recomendações, a política nuclear a ser seguida de ora em diante em virtude de ser um tema que apaixonou a opinião pública provocando debates no Congresso Nacional. A política seguida, até então, no campo da energia nuclear, decorria de acordos e convênios assinados por Governos ante

SECRETO



SECRETO

N.º 16

*J. M. de Mello*

riores e que são objeto de críticas podendo, as mesmas, atingir o atual Governo. Por essa razão, continua o Presidente da República, tivemos o propósito de clarear o assunto adotando uma política de proteção com normas a serem observadas futuramente. Em seguida, Sua Excelência designa o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional General Nelson de Mello, para proceder à leitura dos documentos para a apreciação dos Membros do Conselho presentes. (O Secretário-Geral procedeu a leitura dos documentos: "Ofício SECRETO de 24 de abril de 1956. Do Presidente da República, Ao Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. ASSUNTO: Política da Energia Nuclear. É pensamento do Governo, na objetivação de seu plano básico relativo às fontes de energia, firmar sua orientação no setor da energia nuclear, através de uma política adequada à defesa dos altos interesses nacionais. Na atual conjuntura, a definição das intenções patrióticas do Governo, será mais uma prova de seu desejo de cumprir as diretivas que se impôs de propugnar pelo desenvolvimento do País. 2. Para fixar uma política que abranja os pontos fundamentais do problema da energia nuclear, desejo assistir-me da competente e patriótica opinião do Conselho de Segurança Nacional. 3. Com tal propósito, resolvo designar uma Comissão de Estudos, composta dos Exm<sup>os</sup> Srs. Ministros de Estado para os Negócios das Relações Exteriores, da Guerra, da Marinha, da Aeronáutica e da Agricultura, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Secretário do Conselho Nacional do Desenvolvimento e Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas para, sob a presidência do primeiro, elaborarem em forma de recomendações a Política da Energia Nuclear. Essas recomendações serão submetidas ao Conselho de Segurança, em reunião posterior, a fim de possibilitar o seu pronunciamento quanto à melhor política a seguir pelo Governo, nesse setor. 4. Autorizo, desde já, a V. Ex<sup>a</sup> proceder através da Secretaria-Geral à coleta de dados necessários aos trabalhos da Comissão, assim como coordenar os órgãos e autoridades assessôres que forem julgados convenientes àquele fim. AS) JUSCELINO KUBISTSCHEK DE OLIVEIRA - Presidente da República." "Ofício SECRETO de 24 de abril de 1956. Do Presidente da República, Ao Sr. Presidente da Comissão de Estudos para a Política da Energia Nuclear, do Conselho de Segurança Nacional. ASSUNTO: Diretivas básicas. Referência: Ofício de 27/4/56, desta Presidência da República ao Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. De acordo com meu pensamento, exposto no ofício da referência ao Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, para definição da política da energia nuclear, conviria que fossem apreciados os seguintes pontos básicos, além de outros aspectos julgados necessários pela Comissão: a) Criação de um órgão autônomo para o-

SECRETO



SECRETO

orientar tôdas as atividades no campo da energia nuclear; b) Política a ser seguida no setor da energia nuclear, particularmente quanto aos minerais atômicos e à sua exportação. Estudar, ainda, o interesse em adotar um sistema exclusivo de trocas a ser feito de governo a governo, visando obtenção imediata de reatores industriais e de informações técnicas, que resulte na utilização da energia atômica no país; c) Exame da conveniência de atualizar os acordos internacionais, para servir a uma política mais realista e consentânea às novas oportunidades oferecidas pelo avanço da ciência na aplicação da energia nuclear. 2. As conclusões que a Comissão venha a recomendar

serão objeto de análise para o pronunciamento do Conselho de Segurança Nacional e permitirão ao Governo iniciar uma ação mais dinâmica no setor da energia atômica, a fim de recuperar o relativo atraso a que já chegamos, propiciando o desenvolvimento dos nossos recursos, de acordo com os altos interesses da nação. Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex<sup>a</sup> os protestos de meu respeitoso apreço. as) JUS-

CELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA - Presidente da República." "Ofício CONFIDENCIAL. Senhor Presidente, Houve por bem VOSSA EXCELENCIA,

por Ato de 24 de abril próximo passado, incumbir a uma Comissão de Estudos, composta dos Exm<sup>os</sup> Srs. Ministros de Estado da Marinha, da Guerra, da Aeronáutica, da Agricultura, do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, do Secretário-Geral do Conselho do Desenvolvimento Econômico e do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, para, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores, elaborar em forma de recomendações a Política da Energia Nuclear a ser submetida ao Conselho de Segurança Nacional. 2. Estabeleceu VOSSA EXCELENCIA nessa mesma data em Documento Secreto dirigido ao Presidente dessa Comissão as diretrizes básicas pelas quais se deveriam orientar principalmente os trabalhos, ressaltando três aspectos a serem considerados, quais sejam o da criação de Comissão de Energia Nuclear como órgão autônomo, o da política a ser seguida relativamente aos minérios atômicos e o exame da conveniência de atualizar os acordos internacionais existentes. 3. Realizou a Comissão cinco reuniões plenárias no Palácio do Itamaraty. Os estudos feitos com base em documentação oficial fornecida pelos órgãos competentes permitiram que, dos debates travados nas Sessões, resultassem as recomendações que fixam os principais pontos para uma política da Energia Nuclear que vai consubstanciada no incluso documento e consta de três partes. Na primeira são transcritas as proposições básicas que constituem em seu conjunto uma definição da política da Energia Nuclear; na segunda são complementadas as recomendações e fixados aspectos fundamentais que deverão orientar-lhes a execução e, finalmente, a terceira parte é uma

SECRETO



SECRETO

N.º 17

*for Nelson de Mello*

análise sucinta dos pontos essenciais da doutrina preconizada. 4. Con forme poderá VOSSA EXCELENCIA verificar, as recomendações propostas dão cabal solução aos pontos básicos contidos nas diretivas presiden ciais. A Comissão de Estudos julgou ser imprescindível a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, pois que a inexistência de se melhante órgão muito tem prejudicado uma definição responsável da o rientação até agora seguida. As outras recomendações, tomadas em seu conjunto, delimitam a política para nossas exportações de miné rios atômicos e nossa posição face aos acordos internacionais. Ou tros aspectos do problema da utilização da energia nuclear foram tam bém examinados e constituem proposições complementares. É de tôda conveniência ressaltar, SENHOR PRESIDENTE, que tais recomendações fo ram aprovadas por unanimidade e constituem, ao ver dos Membros da Co missão, o melhor instrumento para atendimento dos reais interesses do país, na atual fase de seu desenvolvimento. 5. Os documentos ofi ciais dos trabalhos da Comissão, incluindo as Atas das sessões, fo ram encaminhadas ao Exmº Sr. Secretário-Geral do Conselho de Seguran ça Nacional, para constarem dos arquivos da Secretaria-Geral daquele órgão. 6. Esta Comissão de Estudos, ao desincumbir-se da honrosa e importante missão que VOSSA EXCELENCIA lhe confiou, deseja afirmar que outros propósitos não guiaram suas ações senão os de bem servir ao Brasil, procurando mostrar o melhor caminho através do qual se ve nha a estabelecer uma Política da Energia Nuclear que atenda aos mais altos interesses do país, no presente e para o futuro. Aproveito a oportunidade para renovar a VOSSA EXCELENCIA, SENHOR PRESIDENTE, os protestos do meu mais profundo respeito. Capital Federal, 24 de a gôsto de 1956. as) José Carlos de Macedo Soares - Presidente da Co missão de Estudos para a Energia Nuclear." "RELATÓRIO da Comissão de Estudos para a Política da Energia Nuclear.- SECRETO. I - A Comis são de Estudos designada por SUA EXCELENCIA o SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para elaborar, em forma de recomendações, a Política Na cional da Energia Nuclear a ser submetida à apreciação do Conselho de Segurança Nacional, realizou seus trabalhos com base nas Diretri zes Presidenciais para êsse fim baixadas - chegando ao seguinte con junto de proposições: 1. Criar a Comissão Nacional de Energia Nu clear como organização diretamente subordinada ao Senhor Presidente da República, incumbida do setor da energia nuclear e conformando suas ações às Diretrizes Governamentais para a Política Nacional da Ener gia Nuclear. 2. Criar o Fundo Nacional de Energia Nuclear, para a plicá-lo exclusivamente no desenvolvimento da utilização de energia nuclear. 3. Formular amplo e intensivo programa de preparação de cientistas, técnicos e especialistas nos diversos setores relativos à

SECRETO



SECRETO

energia nuclear. 4. Estabelecer um programa para a determinação urgente de nossas disponibilidades em minerais de interesse para a produção de energia nuclear - quantidade, qualidade, valor econômico e possibilidades de exploração industrial. 5. Apoiar a indústria nacional de beneficiamento de minerais de interesse para a produção de energia nuclear e ampliá-la, especialmente, no sentido de abranger, também, o minério uranífero. Promover-lhe o progresso para que atinja um estágio superior, isto é, a produção de metais nuclearmente puros. Condicionar seu desenvolvimento a um programa nacional de utilização da energia nuclear. 6. Exercer controle de Governo sobre o comércio - compra, armazenagem e venda, inclusive exportação - de materiais de aplicação no campo da energia nuclear. 7. Estabelecer como ponto fundamental da Política Nacional da Energia Nuclear a ser adotada, produzir no país, no mais curto prazo, combustíveis nucleares, a partir dos metais nuclearmente puros, sob total controle e propriedade do Governo. 8. Suspender a exportação de urânio e de tório - seus compostos e minérios - e de outros materiais que venham a ser indicados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear a ser criada, até nova decisão do Conselho de Segurança Nacional. 9. Somente após ter dados seguros sobre a existência, em nosso país, de substanciais reservas de minerais aplicáveis no campo da energia nuclear e estar assegurada conveniente estocagem de material beneficiado, para nosso programa nesse setor, mediante assentimento do Conselho de Segurança Nacional, poderão ser negociadas, pelo Governo, no exterior, certas quantidades desses materiais - no mais alto grau de beneficiamento possível à nossa indústria - e, exclusivamente, para obtenção de compensações específicas - instrumento e técnica - visando desenvolver a aplicação industrial da energia nuclear no país. 10. No campo internacional, o programa brasileiro para a produção de energia nuclear deve socorrer-se da experiência científica e tecnológica de todos os países amigos, guiado, apenas, pelo que nos fôr mais conveniente. 11. Cumprir o Acôrdio de 1954 - pelo qual compramos ao Governo dos Estados Unidos da América 100 000 toneladas de trigo - adotando o critério de pagamento em dólares como permite a cláusula 6 (seis) do mesmo. 12. Cancelar, em caráter definitivo, tendo em vista o mais alto interesse nacional, a exportação para os Estados Unidos da América das 300 toneladas de óxido de tório, além e independentemente de qualquer acôrdio e que foram objeto de Contrato em 1956. 13. Fazer uso do item b do Artigo XVI do "Programa Conjunto para o Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil" assinado, em 3 de agosto de 1955, com o Governo dos Estados Unidos da América, que expressa: "Qualquer dos dois Governos poderá pôr termo ao presente

SECRETO



SECRETO

N.º 18

*fin Nelson de mel*

programa, mediante aviso prévio de 6 (seis) meses ao outro Governo", visando interromper os compromissos decorrentes desse Acôrdio, por conveniência nacional. 14. Estabelecer, de futuro, uma política externa de comprometimento a curto prazo, pela qual o Governo possa negociar, com todos os países amigos, ajustes bem caracterizados que facilitem a implantação de indústria atômica no país. 15. Atualizar a legislação vigente, relacionada com todos os aspectos do setor da energia nuclear, para adaptá-la à Política Nacional da Energia Nuclear, que venha a ser estabelecida. 16. Nos compromissos internacionais de qualquer espécie - acordos, convênios, ajustes, etc - e com qualquer classificação - substantivos ou adjetivos - tendo por objeto materiais de aplicação no campo da energia nuclear, deverá sempre constar uma cláusula ressaltando que somente terão validade se aprovados pelo Congresso Nacional. 17. Adotar o princípio de que a Política Nacional da Energia Nuclear, formulada por força das recomendações que venham a ser aprovadas pelo Conselho de Segurança Nacional, somente possa ser modificada após ouvir esse alto órgão, em virtude da importância de tal problema para o destino da Nação. II - Tendo em vista complementar essas recomendações e fixar alguns aspectos para orientar os exames pormenorizados que devem ser conduzidos pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, com o concurso dos órgãos, autoridades e assessôres competentes, após a decisão final quanto à Política Nacional da Energia Nuclear, esta Comissão de Estudos julga necessário aduzir as seguintes considerações: 1. A Comissão Nacional de Energia Nuclear, de um modo geral, terá a seu cargo a supervisão, planejamento, coordenação e controle de todas as atividades concernentes à Energia Nuclear, exercidas no setor interno e externo, bem como a execução de algumas delas, entre as quais, de forma exclusiva, o comércio - compra, armazenagem e venda, inclusive exportação de materiais de aplicação no campo atômico. Deverá ter uma estrutura capaz de: a. Atender, através de adequada organização, às solicitações das múltiplas e complexas tarefas iniciais e das que surjam pelo trato dos problemas que lhe incumbem; b. permitir que se filie oportunamente à Agência Internacional de Energia Nuclear como representante do Brasil; c. responder pela fiel observância da Política Nacional de Energia Nuclear, devendo submeter ao Conselho de Segurança Nacional, por intermédio da Secretaria-Geral desse órgão, as iniciativas que possam assumir o caráter de compromissos internacionais e as decisões de vulto, no setor interno; d. dispor de assessoramento técnico-científico eficiente e prontamente informado das contínuas inovações no campo da energia nuclear, a fim de permitir as decisões mais oportunas e convenientes à nossa conjuntura no campo a

SECRETO

SECRETO

tômico; e. dispor de especialistas em economia, administração, finanças e outros que se tornem necessários às suas tarefas. 2. A Comissão Nacional de Energia Nuclear, para financiamento de suas atividades, além da receita decorrente das mesmas, dos recursos orçamentários e de Créditos Especiais, disporá do Fundo Nacional de Energia Nuclear, a ser criado por lei. 3. A Comissão Nacional de Energia Nuclear ao elaborar um Programa para Formação de Pessoal poderá ater-se a dois objetivos: a. uma preparação de emergência, utilizando-se elementos de diversas idades e variadas procedências e níveis culturais; b. uma preparação, com mais vagar, recrutando de preferência elementos jovens, para encaminhá-los nesses ramos de estudos. Pelo menos na fase inicial da enorme tarefa que é formar tão variado número de especialistas, deve contar-se com decidido apoio das Forças Armadas, ensejando-se a que civis realizem cursos em seus institutos de ensino. A Escola Técnica do Exército poderia formar engenheiros geólogos e de minas, indispensáveis ao levantamento de nossas reservas minerais. A formação de pessoal habilitado, em diversos graus, deverá abranger, nas proporções exigidas, desde os elementos necessários a trabalhos de prospecção até aqueles incumbidos dos últimos estágios da industrialização da energia atômica. Convém adotar algumas medidas que incentivem o interesse do público em geral e da mocidade em particular por tais problemas, como: a. inclusão de assuntos, referentes ao vasto campo da energia nuclear, nos programas dos cursos científicos e superiores; b. intensa difusão de conhecimentos sobre energia nuclear, por meio de conferências, palestras, transmissões de televisão e rádio, cinema, publicações em revistas e jornais, procurando-se a maior objetividade e simplicidade; c. criação de cursos de extensão universitária, parcelados, de curta duração, de caráter prático, realizados em regime de meio expediente ou à noite e gradualmente seletivos, utilizando-se para isso as instalações e os meios em material e pessoal dos institutos civis e militares. Devem ser contratados professores estrangeiros de reconhecida competência, para lecionar em nossos estabelecimentos. Grande número de estudantes, comprovada sua capacidade intelectual e assegurados seus serviços posteriores ao Brasil, precisam ser enviados para estudar em escolas européias e americanas. Convém, também propiciar uma remuneração atrativa ao pessoal utilizado - constante de vencimentos fixos de acordo com os padrões do funcionalismo público, acrescidos de gratificações variáveis, conforme o grau de especialização e o setor de atividade - bem como medidas de proteção e garantias em caso de risco de saúde. Torna-se necessário criar, em local apropriado, de preferência afastado das grandes cidades, um

SECRETO



*Jim Nelson de Mello*

Centro de Estudos e Pesquisas Nucleares, onde sejam concentrados os mais importantes recursos em pessoal e material nesse setor. 4. A Comissão Nacional de Energia Nuclear estabelecerá um Programa para Determinação dos Recursos em Minerais Aplicáveis no Campo da Energia Nuclear, em nosso país. Tal Programa constará de um planejamento amplo - com indicação de convenientes prioridades das tarefas a serem executadas, tendo em vista a escassez de meios - em pessoal e material - de modo a concentrar esforços sobre aquelas áreas que se mostrem mais promissoras. A execução congregará órgãos governamentais, e a iniciativa privada, utilizando-se, também, os técnicos estrangeiros, cujos serviços, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, autorize a contratar. Ainda aqui, a cooperação das Forças Armadas será de grande interesse. Em particular, a Aeronáutica prestará excelente auxílio nos levantamentos aéreos e o Exército poderá realizar sumárias investigações geológicas em determinadas regiões, empregando, para isso, os elementos atualmente incumbidos da Carta Geográfica e Unidades de Engenharia, desde que reforçadas em meios adequados para cumprimento dessa nova missão, ou criará unidades específicas, caso se tornem necessárias. 5. A indústria de beneficiamento de minerais atômicos, existente no país, representa apreciável conquista no campo tecnológico e, sempre que ajustada aos altos objetivos nacionais, poderá manter-se como empreendimento comercial. O Governo, através da Comissão Nacional de Energia Nuclear, obrigar-se-á a adquirir, dentro de limites e tetos a serem estabelecidos no Programa Nacional de Utilização da Energia Nuclear, a produção de materiais de aplicação na indústria atômica. Os tetos a serem fixados e que serão revistos periodicamente obedecerão às necessidades de utilização desses materiais e de estocagem, levando-se em conta nossas possibilidades financeiras. De futuro, a cobertura financeira para essas compras contará ainda com os recursos do Fundo Nacional de Energia Nuclear. A Comissão Nacional de Energia Nuclear caberá estimular atividades técnico-industriais, entre as quais sobrelevam: (a) a industrialização urgente de minérios uraníferos; (b) a produção de metais nucleares puros e de outros materiais aplicáveis no setor atômico. 6. Em relação à recomendação nº 7, é interessante salientar que, apesar da enorme contribuição oferecida a todos os povos, pela divulgação de dados técnico-científicos, no domínio atômico, cujo histórico marco inicial foi a Conferência de Genebra de 1955, nenhum avanço substancial será atingido em qualquer programa nacional nesse setor, sem que se solucione o problema de nossa própria produção de combustíveis nucleares. De fato, não se pode negar que existe um verdadeiro monopólio na produção de combustíveis nucleares em mãos das grandes po-



SECRETO

tências. Embora a venda de certos tipos de reatores esteja liberada, haverá absoluta dependência do suprimento de combustível para o funcionamento dos mesmos. Basta, de relance, analisar as cláusulas dos acordos que, os Estados Unidos da América vem propondo a diversas nações, para o fornecimento, ou melhor, para o arrendamento de combustíveis nucleares, para se verificar logo o absoluto controle que desejam exercer sobre esse material, sobre sua aplicação - proibindo-a para fins militares - sobre o material especial que fôr produzido nos reatores, sobre o próprio tipo de reator em que serão empregados e inúmeras outras restrições. Para o caso brasileiro a magna questão a ser solucionada é produzir combustíveis nucleares ou materiais fissionáveis. E, desde que o mercado mundial oferece livremente pelo menos alguns tipos de reatores, vencido tal impasse, teremos atingido, sem restrições, a industrialização pela energia nuclear. Com isso a atual indústria de beneficiamento de minerais atômicos e a que se venha a instalar poderão atingir um desenvolvimento sem limitações, pois que estará assegurada a cadeia de aplicação de seus produtos. 7. A suspensão das exportações de materiais aplicáveis no campo da energia nuclear é medida de elementar prudência, enquanto procedemos ao balanço de nossas disponibilidades, para que se não venha a comprometer nosso futuro, que em grande parte poderá depender de tão valiosa fonte de energia. Quando, dentro do estabelecido na recomendação da finida no inciso 9 do item I, deste documento, fôr decidido realizar alguma exportação do citado material, o maior esforço deve ser aplicado no sentido de, como compensação específica, obter instalações ou reatores que produzam, em nosso país, os combustíveis nucleares. Devemos usar, com sabedoria e prudência, o poder de barganha, sempre em proveito da solução desse nosso principal problema no setor nuclear. Os compromissos para tais negócios devem ser estipulados em acordos bem caracterizados e sempre a curto prazo, proporcionando-nos a flexibilidade exigida em assunto que pode evoluir com grande rapidez - função de inovações técnicas. Teremos, assim, resguardado melhor nossos interesses. Em princípio, o urânio não deve ser objeto de exportação, pois, mesmo sob a forma natural, isto é, sem tratamento para enriquecê-lo no isótopo U-235, e em razão da percentagem, embora pequena, de elemento físsil que normalmente contém, pode ser usado em certos tipos de reatores nucleares. Uma forma de acordo interessante, dependendo de estudos mais detalhados, poderá ser a venda do material, cuja exportação fôsse autorizada, a trôco, ao mesmo tempo: a. de um pagamento, correspondente ao preço desse material no mercado internacional - que sabemos estar muitíssimo aquém de seu valor energético; b. da cessão, ou venda, por parte do comprador, de meios

SECRETO



SECRETO

N.º 20

*Jun Nelson L. M. M.*

relativos à utilização da energia nuclear - instrumento, especialmente reatores de regeneração ou "Breeder", do ciclo tório, e técnica - à nossa escolha, para cada caso concreto. Material ou serviços a serem amortizados, por nós, a longo prazo. 8. A recomendação nº 10 visa assegurar nossa liberdade de ação para negociar com todos os países amigos, o que permitirá tirar maiores vantagens de nossos recursos e, ainda, encontrar caminhos mais adequados para a produção dos combustíveis nucleares. É preciso não esquecer que, sob tal aspecto, a investigação técnico-científica de países europeus, pelas suas peculiaridades, mais se aproxima de nossa situação de nação capaz de abranger com facilidade conhecimentos e de ampliá-los, mas com limitações econômicas no terreno experimental. 9. É do mais alto interesse nacional que o Acôrdio de 1954, pelo qual recebemos 100 000 toneladas de trigo dos Estados Unidos da América, seja pago em dólares e não em minerais atômicos que seria a outra forma de liquidá-lo, à nossa opção, conforme a cláusula 6 (seis) do mesmo. Na verdade, estamos obrigados a indenizar quase metade dessa importância, em dólares ou seja o valor correspondente aos sais de terras raras integrantes dos materiais que havíamos acordado entregar e recusados pelos Estados Unidos, que deles se desinteressaram por lhes ter surgido fonte mais conveniente. Essas terras raras são produtos gravosos para nós e, praticamente, eram a única compensação à nossa exportação de compostos de tório. Cumpre ressaltar que os Estados Unidos da América não haviam aceito os sais de terras raras correspondentes a dois anos do Acôrdio de 1952, tendo levado praticamente o óxido de tório dos três anos de duração do referido Acôrdio. Nisso agiram, sem dúvida, tendo em vista respeitáveis interesses de ordem comercial, segundo informações e nos abrem caminho para que possamos resguardar nossos mais altos interesses nacionais. De fato, caso anuíssemos em exportar as 300 toneladas contratadas no corrente ano, além e independentemente de qualquer acôrdio, o material saído, ou a sair, desde o Acôrdio de 1952, em termos de óxido de tório, seria o correspondente a cerca de um quinto de nossas reservas oficialmente reconhecidas. Ainda mais, levando-se em conta a Exposição de Motivos, de 28-Jun-55, do Conselho Nacional de Pesquisas ao então Presidente da República - por êste despachado ao Ministério das Relações Exteriores, com o que avocou implicitamente à alçada presidencial a solução final do assunto - preferia-se naquela oportunidade, a liquidação do Acôrdio de 1954 em dólares "a fim de serem salvaguardados os elevados interesses de segurança e economia nacionais". Como somente em abril de 1956 foram ultimados os respectivos contratos, caberá ao atual Governo a responsabilidade da escolha da forma de executá-lo. Diga-se, também,

SECRETO



SECRETO

que, por lamentável lapso, o órgão interessado deixou de elevar a decisão do assunto ao Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da República, como devia. 10. Já a exportação das 300 toneladas de óxido de tório, - Contrato também ultimado em abril de 1956 - foi objeto da Exposição de Motivos, Confidencial, de 12 de abril de 1956, do Ministério das Relações Exteriores ao Senhor Presidente da República que, ao aprová-la em 16 de abril de 1956, condicionou implicitamente sua decisão ao expresso no item 2 da citada Exposição, transcrito a seguir: "Deliberou, igualmente, aquela Comissão (de Exportação de Materiais Estratégicos) que os contratos a serem assinados, sobre a referida exportação, entre os órgãos competentes do Governo brasileiro e dos Estados Unidos da América, respectivamente e na forma de praxe, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A e a Comissão de Energia Atômica, deverão facultar a eventual suspensão das exportações, se assim fôr do interesse nacional". No entanto, em seguida, por determinação do Senhor Presidente da República, tornada pública pelo Líder do Governo, na Câmara dos Deputados foi sustada essa exportação até nova comunicação decorrente das recomendações que venha a fazer esta Comissão de Estudos. Essa deliberação e a de entregar ao Conselho de Segurança Nacional a missão de formular uma Política Nacional de Energia Nuclear tranquilizaram a opinião pública, que é fator de segurança a ser considerado, hoje mais do que nunca, pelo grau de compreensão e interesse com que acompanha a evolução dos mais relevantes problemas nacionais. Resumindo, pois, é de se afirmar que convém ao progresso do Brasil e à segurança nacional que esse material de inestimável valor energético não seja exportado senão face a compensações específicas. 11. Recomendam que se ponha termo ao "Programa Conjunto de Cooperação para o Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil", que foi objeto de Acôrdio com os Estados Unidos da América, assinado em 3 de agosto de 1955, razões de segurança nacional, entre as quais a necessidade de um maior resguardo de nossa soberania e a de interromper os compromissos aos quais nos obrigaria o decurso normal desse Acôrdio - exportação de urânio - espécie de compensação aos serviços prestados pela outra parte contratante, e anunciada como possível no Artigo II, do mesmo, assim: "O Governo dos Estados Unidos do Brasil assegura ao Governo dos Estados Unidos da América que está favoravelmente disposto a fornecer urânio aos Estados Unidos da América em termos a serem mutuamente acordados e sob condições compatíveis com suas próprias necessidades internas de urânio para fins de energia nuclear. Caso sejam encontrados depósitos de urânio comercialmente exploráveis, os dois Governos, através de seus órgãos responsáveis respectivos, empreenderão negociações para a realização de

SECRETO



*Jim Nelson da Silva*

um contrato mutuamente satisfatório que abranja o desenvolvimento, produção e venda de urânio aos Estados Unidos da América.", e, em particular, porque, embora o Brasil não esteja em condições de dar aproveitamento ao urânio que possua - o que pela cláusula acima o disporia a exportar - é de toda conveniência a estocagem do mesmo pelo seu inestimável valor energético e por se tratar de um material que, mesmo sem enriquecimento, pode ser usado em reatores nucleares, inclusive como ponto de partida para a obtenção futura de combustíveis nucleares enriquecidos. 12. Os estudos, visando criar a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Fundo Nacional de Energia Nuclear, bem como outras providências necessárias para objetivar a Política Nacional da Energia Nuclear, devem ser conduzidos sem demora, com a assistência de órgãos e elementos competentes. Tais providências incluirão, possivelmente, revogação ou modificação na legislação em vigor, emendas em projetos de lei em tramitação ou formulação de novos projetos ou substitutivos, para serem encaminhados ao Legislativo, obedecidas as praxes sobre as relações do Executivo com esse Poder. A atual Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (CEME) perderá jurisdição sobre os materiais que forem considerados pertencentes ao setor da energia nuclear, mantendo-se, com as normas vigentes ou com as modificações que estudos especializados aconselhem, a fim de incumbir-se dos restantes materiais estratégicos. Deve ser objeto de especial exame a vinculação entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura. A fim de separar, das atribuições do Conselho Nacional de Pesquisas, as atividades no setor da energia nuclear, assumidos totalmente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, é necessário cuidadoso estudo, quanto às providências administrativas e financeiras que se tornem convenientes, bem como estabelecer as ligações entre esses dois (2) órgãos e seus campos de ação. 13. Qualquer compromisso internacional, tendo por objeto materiais de aplicação no campo da energia nuclear deverá ser submetido à aprovação do Congresso Nacional, o que permitirá ao Poder Executivo dividir com o mesmo as responsabilidades decorrentes. Esses compromissos, em virtude de sua importância para a segurança nacional, devem todos, qualquer que seja a classificação jurídica que recebam, ser submetidos à soberana decisão do Congresso Nacional. 14. Sempre que surja a necessidade de se modificar a Política Nacional de Energia Nuclear, ou quando apareça alguma dúvida importante na execução da mesma, deve ser ouvido o Conselho de Segurança Nacional, por se tratar de problema intimamente ligado ao destino do Brasil, não sendo demais acentuar todas as medidas de prudência e



SECRETO

cautela. A análise de atuações passadas autorizariam, aliás, à presente precaução, pois, apesar da sadia política que havíamos traçado no setor atômico, a execução deixou, diversas vezes, muito a desejar, em consequência, talvez, de falta de coordenação entre órgãos. III. Ao definir suas recomendações, complementando-se como observações atinentes a alguns pontos básicos, esta Comissão de Estudos pretendeu firmar a doutrina que julga mais adequada às conveniências do nosso país, no setor da energia nuclear, e em face da conjuntura internacional, procurando garantir-lhe, outrossim, a apropriada execução. Cumpre, assim, serem recapitulados os pontos essenciais dessa doutrina: O problema fundamental do Brasil, país bem dotado em reservas de minerais atômicos, é produzir, no mais curto prazo, combustíveis nucleares, ou seja, materiais fissionáveis. O melhor aproveitamento ~~des~~sa riqueza será alcançado quando conseguirmos transformá-la em energia industrial. Para tal fim faz-se mister mobilizar: a) técnicos; b) capitais; c) matérias-primas; d) interação dos fatores supra. Para incentivar os progressos de aplicação, no Brasil, da energia nuclear para fins pacíficos, poderão prestar-nos precioso concurso as nações amigas, com as quais o Governo brasileiro negociará acordos capazes de, tendo sempre em vista o fim colimado pela política da energia nuclear acima traçado, permitir a produção em nosso país de combustíveis nucleares, tão necessários para o desenvolvimento de nossa indústria. Ao negociar os acordos em aprêço, ter-se-á sempre em vista que a eventual venda de certas quantidades de nossos materiais atômicos, determinada só depois de verificadas as nossas necessidades industriais e de estocagem, se fará mediante a obtenção de compensações específicas. Estas deverão ser formuladas de forma clara e explícita pelos órgãos competentes, a fim de permitir aos negociadores agir com segurança e conhecimento de causa. É admitida a participação da economia particular na industrialização da energia nuclear, sempre, porém, sob o estrito controle do Estado. Para orientar, coordenar, executar e fiscalizar a aplicação da Política Nacional da Energia Nuclear adotada pelo Governo brasileiro, será criada uma Comissão Nacional de Energia Nuclear, cuja unidade de ação, economia de meios, definição de responsabilidade, mantida a possível flexibilidade em suas decisões, contribuirão para incentivar de modo eficiente o progresso da industrialização da energia nuclear e suas aplicações. Finalmente, esta Comissão de Estudos, ao desincumbir-se da honrosa e importante missão que SUA EXCELENCIA o SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA houve por bem conferir-lhe, deseja afirmar que, com a Política Nacional da Energia Nuclear ora sugerida - composta de recomendações, todas aprovadas por unanimidade, cujo valor e eficiên-

SECRETO



*João Nelson de Mello*

cia decorrerão de sua adoção conjunta - contará, o atual Governo, com um poderoso e dinâmico instrumento para conduzir rapidamente o Brasil, como urge, na industrialização pela energia nuclear." O Secretário-Geral, General Nelson de Mello, acrescenta que a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional havia feito por sugestão posterior de membros da Comissão de Estudos um estudo que pretendia submeter ao Conselho sobre a retificação de redação de algumas das recomendações e acrescentando outra. As modificações eram de forma, de redação, porém sem alterar o conteúdo. Tais alterações eram quanto a recomendação nº 12 que diz: "Cancelar, em caráter definitivo, tendo em vista o mais alto interesse nacional, a exportação para os Estados Unidos da América das 300 toneladas de óxido de tório, além e independentemente de qualquer acôrdo e que foram objeto de Contrato em 1956", que passaria a ter a seguinte redação: "Cancelar a exportação das 300 toneladas de óxido de tório que foram objeto de contrato em 1956". O General Anor Teixeira dos Santos concorda plenamente com a nova redação, aduzindo que a proposta original fora feita por ele na Comissão de Estudos. A retificação é também aprovada pelos membros do Conselho. Passa a ser considerada a recomendação nº 13: "Fazer uso do item b do Artigo XVI do "Programa Conjunto para Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil", assinado em 3 de agosto de 1955, com o Governo dos Estados Unidos da América, que expressa: "Qualquer dos dois Governos poderá por termo ao presente programa, mediante aviso prévio de 6 (seis) meses ao outro Governo", visando interromper os compromissos decorrentes desse Acôrdo, por conveniência nacional". A nova redação proposta é: "Fazer uso do item b do Artigo XVI, do "Programa Conjunto para o Reconhecimento dos Recursos de urânio no Brasil", assinado em 3 de agosto de 1955, que expressa: "Qualquer dos dois Governos poderá por termo ao presente programa, mediante aviso prévio de seis meses ao outro Governo" para interromper os compromissos decorrentes desse Acôrdo, podendo o Governo negociar outros Acordos que melhor se ajustem à política de energia nuclear que se recomenda." É igualmente aprovada a presente alteração, por todos os membros. A seguir o Sr. Secretário-Geral apresenta a nova Recomendação, que tomaria o número 18 e ficaria assim redigida: "Recomendar que sejam solicitados recursos orçamentários normais ou extraordinários para atender a aquisição de materiais aplicáveis no campo de energia nuclear produzidos pelas indústrias interessadas e outras despesas, enquanto não fôr criado o Fundo de Energia Nuclear". O Ministro José Maria Alkmim, propõe que em vez de extraordinários fôsse adotada a expressão especiais, sendo a sugestão unanimemente aprovada pelo Conselho. O General Henrique



SECRETO

Duffles Teixeira Lott pergunta se a expressão outras despesas inclui am o contrato de pessoal técnico, ao que o Secretário-Geral, General Nelson de Mello responde afirmativamente. A nova recomendação é aceita por unanimidade. O Senhor Presidente da República deixa consignado que julgava útil e conveniente, já que o assunto estava sendo debatido, que fossem publicadas as conclusões porque marcariam a posição assumida pelos órgãos competentes, isto é, pelo Conselho de Segurança Nacional e pelo próprio Governo. Sua Excelência consulta qual a opinião do Conselho. Foi unanimemente aprovada, pelos Senhores Conselheiros, a publicação imediata das recomendações aprovadas. O General Lott chama, ainda, atenção para um ponto que não ficara explicitamente esclarecido, senão implicitamente. Os trabalhos de exploração das jazidas que contém minerais físseis pode ser feita por quem quer que seja. Não fará o Governo como o está fazendo no caso do petróleo. O Governo controla a venda no interior do país, e também os compromissos da exportação de Governo a Governo, mas não impedirá as atividades de produção desses metais desde que a prospecção, lavra e tratamento fiquem a cargo da indústria particular. O General Teixeira Lott acentua que, quanto ao trabalho industrial está contido explicitamente, na recomendação nº 5 (cinco), porém quanto a lavra não estava, sendo um ponto muito importante uma vez que industrialização é uma coisa e lavra é outra, não estando claro que os particulares pudessem lavrar nestas jazidas. O Almirante Guillobel faz notar que a recomendação número 5 deverá dizer: "apoiar a indústria nacional na pesquisa, lavra e beneficiamento". A seguir faz uso da palavra o Sr. Ministro Clovis Salgado para lembrar, preliminarmente, ao Senhor Presidente que a parte de geólogos pesquisadores, cuja necessidade tem sido muito acentuada, foi objeto de uma Exposição de Motivos do Ministério da Educação, já aprovada pelo Senhor Presidente, no sentido de serem criados três outros centros para formação de geólogos. Acrescenta que, com a autorização presidencial, os trabalhos foram empreendidos e o decreto está em condições de ser submetido à assinatura do Senhor Presidente no próximo mês. Em seguida, reportando-se ao objetivo principal da reunião, passa a apreciar a recomendação número 7 (sete), quando diz: "Estabelecer como ponto fundamental da Política Nacional de Energia Nuclear a ser adotada, produzir no país, no mais curto prazo, combustíveis nucleares, a partir dos metais nuclearmente puros, sob total controle e propriedade do Governo". Considera entender-se aí que a tarefa que o Governo se reserva é apenas essa parte dos metais nuclearmente puros, o que limita o seu poder, não lhe parecendo isso razoável. Foi aparteado pelo General Lott que considera que o controle do Governo se faz sempre; o que desejamos

SECRETO



*for Nelson de Mello*

é ter o monopólio da produção de combustíveis nucleares, isto é, a fase industrial que vai dos metais nuclearmente puros até a obtenção dos materiais fissionáveis sem que isso impeça a iniciativa, quando necessária, do Governo nas outras fases de industrialização e produção de energia nuclear. O Senhor Presidente da República lembra que o que se estava discutindo eram somente recomendações. A lei, que ainda não estava redigida, é que iria definir exatamente. O Brigadeiro Henrique Fleuiss lembra que, em princípio, a ação governamental se faria a partir dos metais puros. O Senhor Ministro da Educação retira a observação e passa à leitura da recomendação 17, considerando que sua forma de redação parecia excluir o Congresso Nacional, uma vez que terá sempre de ser ouvido o Conselho de Segurança Nacional. Tal observação foi objeto de debates, sugerindo, por fim, o Senhor Ministro da Justiça uma fórmula satisfatória na seguinte redação: "Adotar o princípio de que a Política Nacional somente poderá ser modificada com audiência prévia do Conselho de Segurança Nacional". O General Teixeira Lott aparteia dizendo que o Conselho de Segurança Nacional deverá sempre ser ouvido pois é o órgão técnico e especialmente incumbido da Segurança Nacional. O Senhor Presidente da República lembra que a recomendação 16 assegura bem o respeito pelo Congresso Nacional, embora para outros fins, e encerra o propósito explícito de prestigiá-lo quando diz: "Nos compromissos internacionais de qualquer espécie - acordos, convênios, ajustes, etc - e com qualquer classificação - substantivos ou adjetivos - tendo por objeto materiais de aplicação no campo da energia nuclear, deverá sempre constar uma cláusula ressaltando que somente terão validade se aprovados pelo Congresso Nacional". O Senhor Ministro da Educação, Dr. Clovis Salgado, concorda, apesar de que, realmente, a recomendação, em causa, referia-se tão somente aos compromissos internacionais e não aos internos. O General Anor Teixeira dos Santos adverte que a Lei nº 1 310/51 dá ao Presidente da República atribuição para traçar a política nacional de energia nuclear. A recomendação 17, em estudos, aconselha ao Presidente da República a ouvir o Conselho, recomendação, aliás, que pode ser ou não aceita por Sua Excelência. O Senhor Ministro José Maria Alkmim insiste em que as recomendações poderão ser alteradas depois de ouvido o Conselho de Segurança Nacional órgão apropriado, sem implicar em limitações quer ao Executivo, quer a tarefa da alçada do Legislativo. O Ministro Clovis Salgado, salienta não haver necessidade por ser óbvio e que da forma em que estava redigida a recomendação nº 17 poderia dar margem a interpretações capciosas. O Senhor Ministro José Maria Alkmim afirma a grande utilidade dessa recomendação, dizendo ter tido



SECRETO

sérias dificuldades, recentemente, ficando mesmo sem saber, em dado momento, como dirimir dúvidas quanto à execução da política nuclear anteriormente seguida, tais as modificações introduzidas por órgãos diversos, descoordenadamente e por iniciativa própria muitas vezes. Prosseguindo os debates, o Ministro Lott diz não ser a ênfase demasiada e que atendia a uma situação que estamos vivendo e desejando corrigir nesta reunião, pois apesar de, no passado, termos certas diretrizes políticas no setor da energia nuclear, as mesmas sofreram alterações algumas vezes, possivelmente, sem obedecer às normas agora aconselhadas, apesar de óbvias. O Senhor Ministro Clovis Salgado prossegue acentuando que retirava o que dissera de vez que suas dúvidas não haviam assaltado os seus companheiros. Acrescenta ser essa política a mais consentânea no interesse do país e assinala que todos deviam se congratular com a ilustre Comissão de Estudos que formulou as recomendações e que encontrou uma solução muito patriótica, objetiva e realista. Trata-se de um nacionalismo sadio, tomando, em cada caso, uma atitude que mais convenha, no momento, e reservando-se o direito de alterá-las quando fôr aconselhável. Chegando a sessão a seu término o Senhor Secretário-Geral faz a leitura do comunicado à imprensa sobre a reunião que é o seguinte: "O CHEFE DO GABINETE MILITAR E SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL DISTRIBUIU À IMPRENSA A SEGUINTE NOTA: I. O CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL reuniu-se hoje, às 19,00 horas, no Palácio do Catete, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo comparecido seus ilustres membros, Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado e Chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para considerar a Política da Energia Nuclear a ser adotada pelo Governo. Foram apreciadas por esse Alto Órgão as seguintes recomendações propostas pela Comissão especialmente incumbida de estudar a política da energia nuclear mais adequada ao interesse e segurança nacionais: 1. Criar a Comissão Nacional de Energia Nuclear como organização diretamente subordinada ao Senhor Presidente da República, incumbida do setor da energia nuclear e conformando suas ações às Diretrizes Governamentais para a Política Nacional da Energia Nuclear. 2. Criar o Fundo Nacional de Energia Nuclear, para aplicá-lo exclusivamente no desenvolvimento da utilização da energia nuclear. 3. Formular amplo e intensivo programa de preparação de cientistas, técnicos e especialistas nos diversos setores relativos à energia nuclear. 4. Estabelecer um programa para a determinação urgente de nossas disponibilidades em minerais de interesse para a produção de energia nuclear - quantidade, qualidade, valor econômico e possibilidades de exploração industrial.

SECRETO



SECRETO

N.º 24

*for Nelson & MULL*

5. Apoiar a indústria nacional na pesquisa, lavra e beneficiamento de minerais de interesse para a produção de energia nuclear e ampliá-la, especialmente no sentido de abranger, também, o minério uranífero. Promover-lhes o progresso para que atinja um estágio superior, isto é, a produção de metais nuclearmente puros. Condicionar seu desenvolvimento a um programa nacional de utilização da energia nuclear. 6. Exercer controle do Governo sobre o comércio - compra, armazenagem e venda, inclusive exportação - de materiais de aplicação no campo da energia nuclear. 7. Estabelecer como ponto fundamental da Política Nacional da Energia Nuclear a ser adotada, produzir no país, no mais curto prazo, combustíveis nucleares, a partir dos metais nuclearmente puros, sob total controle e propriedade do Governo. 8. Suspender a exportação de urânio e de tório - seus compostos e minérios - e de outros materiais que venham a ser indicados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear a ser criada, até nova decisão do Conselho de Segurança Nacional. 9. Somente após ter dados seguros sobre a existência, em nosso país, de substanciais reservas minerais aplicáveis no campo da energia nuclear e estar assegurada conveniente estocagem de material beneficiado, para nosso programa nesse setor, mediante assentimento do Conselho de Segurança Nacional, poderão ser negociadas, pelo Governo, no exterior, certas quantidades desses materiais - no mais alto grau de beneficiamento possível à nossa indústria - e, exclusivamente, para obtenção de compensações específicas instrumento e técnica - visando desenvolver a aplicação industrial da energia nuclear no país. 10. No campo internacional, o programa brasileiro para a produção de energia nuclear deve socorrer-se da experiência científica e tecnológica de todos os países amigos, guiado, apenas, pelo que nos for mais conveniente. 11. Cumprir o Acordo de 1954 - pelo qual compramos ao Governo dos Estados Unidos da América 100.000 toneladas de trigo - adotando o critério de pagamento em dólares como permite a cláusula (seis) 6 do mesmo. 12. Cancelar a exportação das 300 toneladas de óxido de tório, que foram objeto de contrato em 1956. 13. Fazer uso do item b do Artigo XVI do "Programa Conjunto para o Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil" assinado em 3 de agosto de 1955 que expressa: "Qualquer dos dois Governos poderá pôr termo ao presente programa, mediante aviso prévio de 6 (seis) meses ao outro Governo", para interromper os compromissos decorrentes desse Acordo, podendo o Governo negociar outros Acordos que melhor se ajustem à política da energia nuclear que se recomenda. 14. Estabelecer, de futuro, uma política externa de comprometimento a curto prazo, pela qual o Governo possa negociar, com todos os países amigos ajustes bem caracterizados que facultem a im-

SECRETO



SECRETO

plantação de indústria atômica no país. 15. Atualizar a legislação vigente, relacionada com todos os aspectos do setor da energia nuclear, para adaptá-la à Política Nacional da Energia Nuclear, que venha ser estabelecida. 16. Nos compromissos internacionais de qualquer espécie - acordos, convênios, ajustes etc. - e com qualquer classificação - substantivos ou adjetivos - tendo por objeto materiais de aplicação no campo da energia nuclear, deverá sempre constar uma cláusula ressaltando que somente terão validade se aprovados pelo Congresso Nacional. 17. Adotar o princípio de que a Política Nacional da Energia Nuclear, formulada por força das recomendações que venham a ser aprovadas pelo Conselho de Segurança Nacional, somente possa ser modificada após ouvir esse alto órgão, em virtude da importância de tal problema para o destino da Nação. 18. Recomendar que sejam solicitados recursos orçamentários, normais ou especiais, para atender à aquisição de materiais aplicáveis no campo da energia nuclear, produzidos pelas indústrias interessadas e outras despesas, enquanto não for criado o Fundo Nacional de Energia Nuclear. II. Tendo em vista as conclusões a que chegou o Conselho de Segurança Nacional, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, decidiu aprovar essas recomendações a adotá-las como Diretrizes Governamentais para a Política Nacional de Energia Nuclear, de acordo com o Parágrafo Primeiro do Artigo 5º, da Lei nº 1.310/51." (as) GEN BDA NELSON DE MELLO - Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em 30 de agosto de 1956. E, às oito horas e quarenta minutos, consultados os ilustres Membros do Conselho sobre se restava algum ponto a discutir a cerca dos objetivos da reunião, o Senhor Presidente da República agradece aos presentes e encerra a sessão, declarando que aprovava, adotando como Política Nacional da Energia Nuclear o Relatório apresentado pela Comissão de Estudos apreciado na presente reunião e aceito por unanimidade pelo Conselho de Segurança Nacional com as modificações sugeridas e aprovadas nesta sessão. Aduz que as autoridades competentes tomem as providências cabíveis à pronta execução dessa nova Política. E, para constar, eu, General de Brigada NELSON DE MELLO, Secretário-Geral, mandei lavrar a presente Ata que assino com os Membros presentes do Conselho de Segurança Nacional.

*Jurcelino Kubitschek*

Presidente do Conselho de Segurança Nacional

Ministro da Justiça

Ministro da Marinha

Ministro da Guerra

Ministro da Fazenda

SECRETO



SECRETO

N.º 25

*Sen Nelson de Mello*

Ministro da Agricultura

Ministro da Viação e Obras Públicas

Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio

Ministro da Educação e Cultura

Ministro da Aeronáutica

Ministro da Saúde

Chefe do Estado-Maior do Exército

Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

Chefe do Estado-Maior da Armada

Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

*Sen Nelson de Mello*

SECRETO